

## CENTRO DE INT. DA MARINHA EM PARADA DE LUCAS

## Estudo Técnico Preliminar 1/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 63514.000060/2026-08

### 2. Descrição da necessidade

O Centro de Intendência da Marinha em Parada de Lucas é responsável pelo preparo e fornecimento diário de alimentação para aproximadamente 550 militares, abrangendo cinco refeições diárias (café da manhã, almoço, jantar, ceia e ceia noturna), além do atendimento a eventos institucionais, ao Programa Forças no Esporte e a outras demandas eventuais.

Para garantir a continuidade, a qualidade, a segurança alimentar e a eficiência operacional dessas atividades, faz-se necessária a aquisição de equipamentos, utensílios e mobiliários destinados à cozinha industrial, os quais se encontram descritos no Termo de Referência. A ausência ou insuficiência desses bens compromete o adequado funcionamento das instalações, podendo impactar diretamente o atendimento das necessidades alimentares do efetivo.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Municiamento	Matheus da Silva Deccache Spitz

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A solução a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) conformidade integral com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência;
- b) atendimento às normas técnicas aplicáveis, especialmente ABNT, INMETRO, ANVISA e demais regulamentações pertinentes ao objeto;
- c) fornecimento de bens novos, sem uso anterior, acondicionados adequadamente e em perfeitas condições de funcionamento;
- d) utilização de materiais apropriados ao uso em cozinhas industriais, com resistência, durabilidade, facilidade de higienização e segurança operacional;
- e) apresentação de garantia mínima do fabricante, conforme especificado no Termo de Referência;
- f) observância aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, priorizando, quando aplicável:
  - equipamentos com eficiência energética certificada;
  - materiais recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental;
  - produtos atóxicos e de maior vida útil;
  - embalagens recicláveis ou biodegradáveis; e
  - adoção de logística reversa, quando cabível, nos termos da Lei nº 12.305/2010;
- g) entrega dos bens nos prazos e condições estabelecidos pela Administração; e
- h) os bens não poderão ser classificados como bens de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818/2021.
- i) A exigência de qualificação econômico-financeira prevista no Termo de Referência mostra-se necessária em razão da relevância operacional dos equipamentos, utensílios e mobiliários destinados às cozinhas industriais das Organizações Militares participantes, bem como da necessidade de garantir a continuidade do fornecimento de alimentação ao efetivo militar.

As exigências estabelecidas visam assegurar que a futura contratada possua capacidade econômico-financeira mínima para suportar as obrigações decorrentes da contratação, reduzindo riscos de inadimplemento, atrasos no fornecimento ou descontinuidade das atividades essenciais desempenhadas pela Administração.

As exigências observam os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

## 5. Levantamento de Mercado

Foram analisadas as possíveis soluções disponíveis no mercado para atendimento da necessidade administrativa relacionada ao preparo e fornecimento de alimentação pelas cozinhas industriais das Organizações Militares participantes.

Dentre as soluções avaliadas, destacam-se:

- a) manutenção dos equipamentos atualmente existentes;
- b) locação de equipamentos industriais;
- c) contratação de empresa especializada para fornecimento continuado dos equipamentos; e
- d) aquisição definitiva dos equipamentos, utensílios e mobiliários.

A manutenção dos equipamentos atualmente existentes mostrou-se insuficiente para atendimento da demanda operacional, considerando o desgaste natural, a obsolescência de parte dos equipamentos e as limitações de capacidade operacional atualmente verificadas.

A solução de locação não se demonstrou economicamente vantajosa para a Administração, tendo em vista o custo continuado da contratação ao longo do tempo, além da limitação quanto à disponibilidade imediata e padronização dos equipamentos necessários às unidades participantes.

A contratação de empresa especializada para disponibilização continuada dos equipamentos também não se mostrou adequada, considerando a natureza permanente da necessidade administrativa, os custos operacionais envolvidos e a dependência contratual contínua para execução das atividades essenciais da cozinha industrial.

Dessa forma, concluiu-se que a aquisição definitiva dos equipamentos, utensílios e mobiliários constitui a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, pois possibilita:

- I - maior autonomia operacional das unidades participantes;
- II - padronização dos equipamentos utilizados;
- III - redução de custos de longo prazo;
- IV - maior durabilidade e disponibilidade dos bens;
- V - melhoria da eficiência operacional das cozinhas industriais; e
- VI - continuidade adequada do fornecimento de alimentação ao efetivo militar.

A solução escolhida mostra-se compatível com as necessidades institucionais da Administração e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na aquisição dos equipamentos, utensílios e mobiliários especificados no Termo de Referência, em quantitativos adequados às necessidades operacionais do Centro de Intendência da Marinha em Parada de Lucas.

A contratação contempla o fornecimento integral dos bens, em remessa única, incluindo transporte e entrega no endereço indicado pela Administração.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas foram definidas com base nas demandas encaminhadas pelas unidades participantes da Intenção de Registro de Preços (IRP), considerando:

- a) o quantitativo de refeições produzidas diariamente pelas cozinhas industriais das Organizações Militares participantes;
- b) a necessidade de substituição de equipamentos desgastados ou obsoletos;
- c) a necessidade de ampliação e adequação da capacidade operacional das cozinhas industriais;
- d) a padronização dos equipamentos utilizados pelas unidades participantes; e
- e) o histórico de consumo e utilização operacional dos equipamentos e utensílios.

Os quantitativos encontram-se detalhados no Termo de Referência e refletem a necessidade estimada das unidades participantes durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 26,00

O valor total estimado da contratação é de R\$ 283.713,08 (Duzentos e oitenta e três mil, setecentos e treze reais e oito centavos), conforme pesquisa de preços e valores unitários indicados no Termo de Referência.

Tal estimativa demonstra compatibilidade com os preços praticados no mercado e atende ao princípio da economicidade.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação será realizada com julgamento por item, permitindo o parcelamento do objeto, em observância ao princípio da competitividade e ao disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

O parcelamento mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que os itens possuem natureza divisível, podendo ser fornecidos de forma independente, sem prejuízo ao conjunto da contratação ou à execução das atividades da Administração.

Além disso, o parcelamento amplia a competitividade do certame, possibilitando a participação de maior número de fornecedores especializados em diferentes segmentos dos bens licitados, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ressalta-se, contudo, que determinados itens exigem padronização operacional e compatibilidade técnica, razão pela qual foram mantidas as especificações técnicas uniformes estabelecidas no Termo de Referência.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes vinculadas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

A contratação pretendida refere-se à aquisição de equipamentos, utensílios e mobiliários para cozinha industrial, os quais serão fornecidos de forma independente, em remessa única, não demandando a celebração de contratos acessórios, complementares ou subsequentes para o pleno atendimento da necessidade administrativa.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Centro de Intendência da Marinha em Parada de Lucas, estando compatível com as necessidades operacionais relacionadas ao preparo e fornecimento de alimentação ao efetivo militar.

A demanda possui compatibilidade com o Plano de Contratações Anual (PCA) e com o planejamento logístico da Organização Militar, considerando a necessidade de manutenção da continuidade dos serviços essenciais desempenhados pelas cozinhas industriais das unidades participantes.

A contratação também se encontra alinhada às diretrizes administrativas e orçamentárias vigentes, observando os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação proposta proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração, destacando-se:

Garantia da continuidade das atividades de preparo e fornecimento de alimentação ao efetivo militar;

Melhoria das condições operacionais da cozinha industrial, com equipamentos e utensílios adequados e compatíveis com a demanda existente;

Aumento da eficiência, produtividade e padronização dos processos de preparo de alimentos;

Redução de riscos operacionais e sanitários, contribuindo para a segurança alimentar;

Atendimento ao princípio da economicidade, considerando o enquadramento legal da contratação e a escolha da proposta mais vantajosa.

## 13. Providências a serem Adotadas

Para a efetiva implementação da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Autuação e instrução do processo administrativo com o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência;
- Realização do procedimento licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.
- Emissão da Nota de Empenho, como instrumento hábil para formalização da contratação;
- Acompanhamento e fiscalização do fornecimento, com verificação da conformidade dos bens entregues;
- Recebimento provisório e definitivo dos bens, conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação possui impactos ambientais reduzidos, considerando tratar-se da aquisição de bens permanentes e duráveis destinados ao uso operacional em cozinhas industriais.

Ainda assim, a Administração adotará medidas mitigadoras voltadas à sustentabilidade ambiental, priorizando, quando aplicável:

- a) equipamentos com maior eficiência energética;
- b) materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental;
- c) produtos com maior durabilidade e possibilidade de manutenção;
- d) embalagens recicláveis ou reutilizáveis; e
- e) observância à logística reversa prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

As medidas adotadas buscam reduzir impactos ambientais relacionados ao consumo energético, descarte de resíduos e substituição prematura de equipamentos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, econômico, operacional e legal.

A solução proposta atende adequadamente à necessidade identificada pela Administração, encontra-se alinhada ao planejamento institucional e orçamentário, apresenta compatibilidade com os preços praticados no mercado e observa os dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

Assim, declara-se a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo, com a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, nos termos estabelecidos no Termo de Referência.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MATHEUS OLIVEIRA BARBOSA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 10:54:19.*

**PAULO VINICIUS LYRA DA SILVA**

Equipe de apoio

**MATHEUS DA SILVA DECCACHE SPITZ**

Responsável pela contratação direta



*Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 10:47:14.*